

Contencioso administrativo fiscal federal de 1º Instância (funcionamento, estrutura e dados gerenciais)

Receita Federal
Subsecretaria de Tributação e Contencioso

Brasília, 13 de fevereiro de 2020

Funcionamento - contencioso administrativo fiscal federal de 1ª Instância

DRJ



- ❑ Julgamento **colegiado** no âmbito das **Delegacias de Julgamento (DRJ)** da Receita Federal:
- turmas de julgamento compostas por **5 Auditores-Fiscais**, julgam, em **sessões de julgamento**, recursos em 1ª Instância administrativa contra autuações fiscais e decisões que indeferiram compensação, restituição ou ressarcimento de tributos.





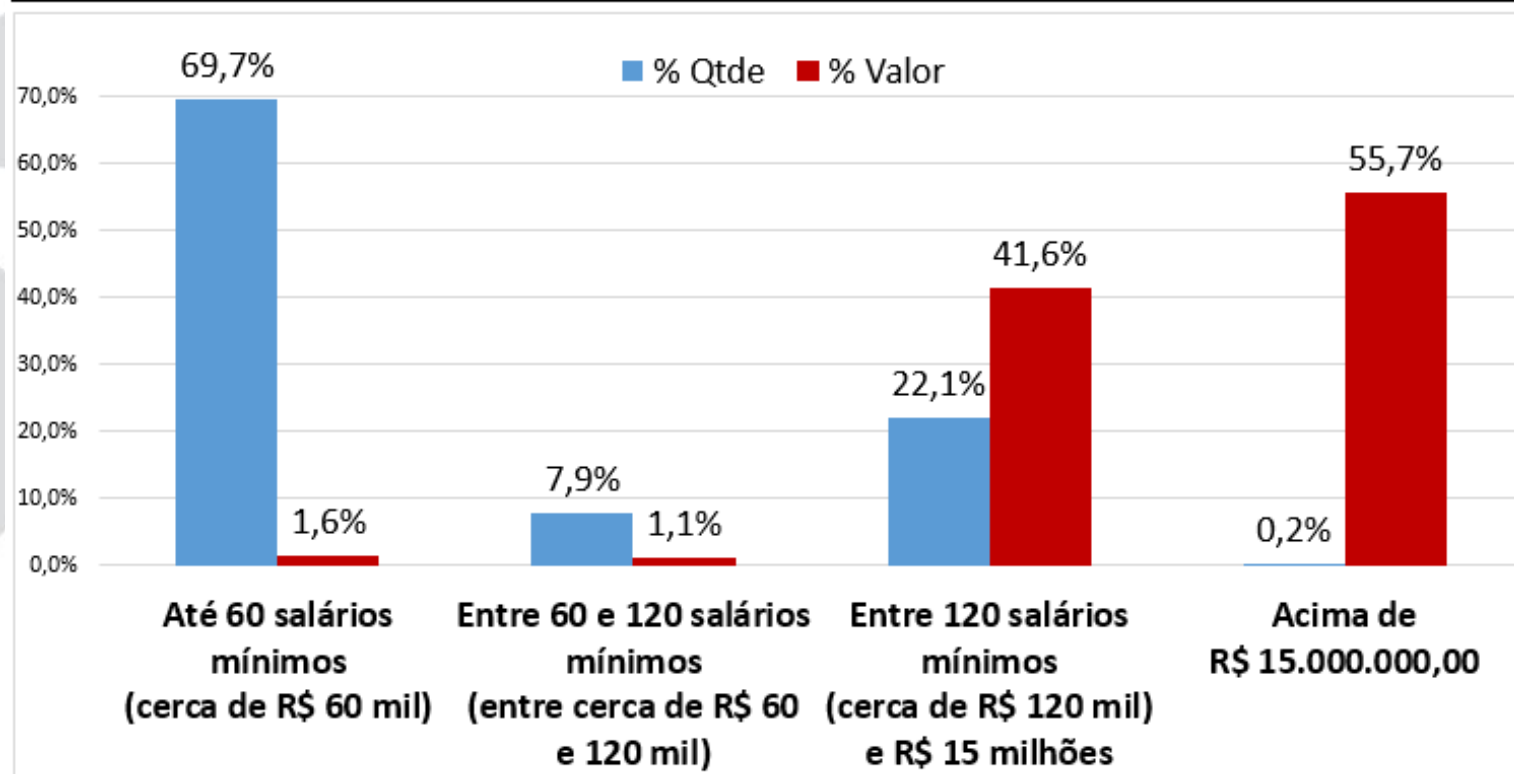
Estrutura - contencioso administrativo fiscal federal de 1ª Instância

- ✓ 14 Delegacias de Julgamento da Receita Federal
- ✓ Acervo de processos em 31/01/2020 = **268.970** processos, envolvendo cerca de **R\$ 161,2 bilhões** em **litígios**

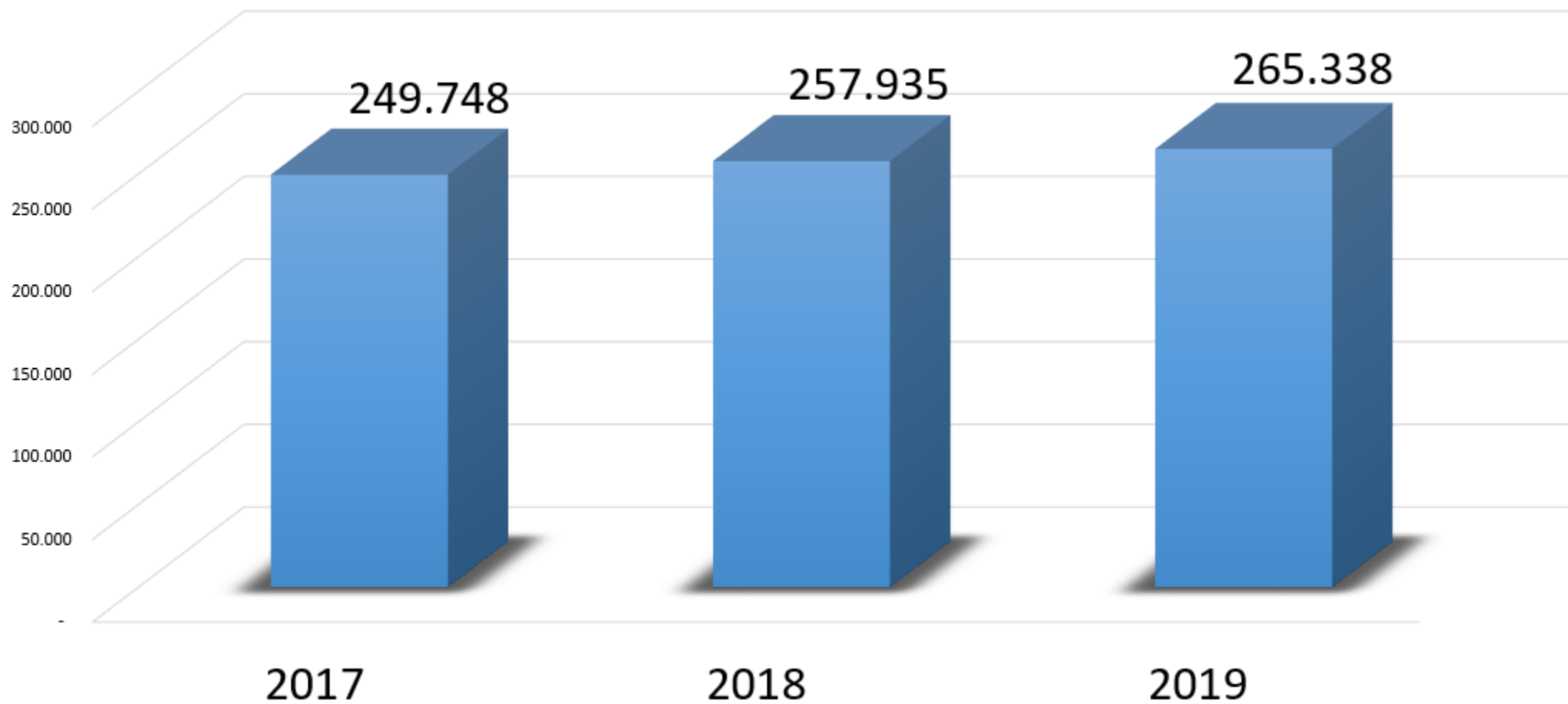


Composição do acervo de processos – 1ª Instância (31/01/2020)

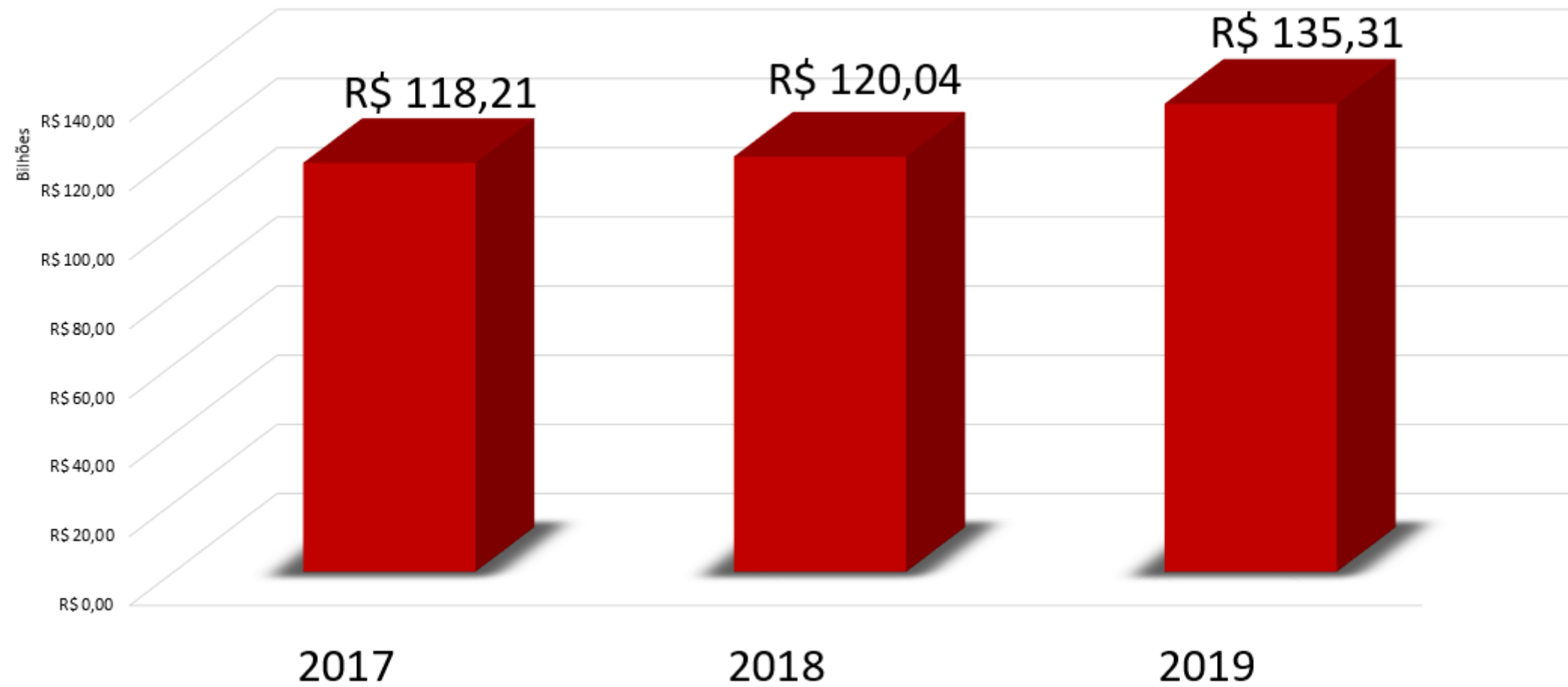
Faixa de valor	Qtde	% Qtde	Valor Total (em R\$)	% Valor
Até 60 salários mínimos (cerca de R\$ 60 mil)	187.560	69,7%	R\$ 2.502.089.436,68	1,6%
Entre 60 e 120 salários mínimos (entre cerca de R\$ 60 e 120 mil)	21.262	7,9%	R\$ 1.813.467.329,36	1,1%
Entre 120 salários mínimos (cerca de R\$ 120 mil) e R\$ 15 milhões	59.494	22,1%	R\$ 67.128.404.738,98	41,6%
Acima de R\$ 15.000.000,00	654	0,2%	R\$ 89.773.016.134,62	55,7%
TOTAL	268.970	100%	R\$ 161.216.977.639,64	100%



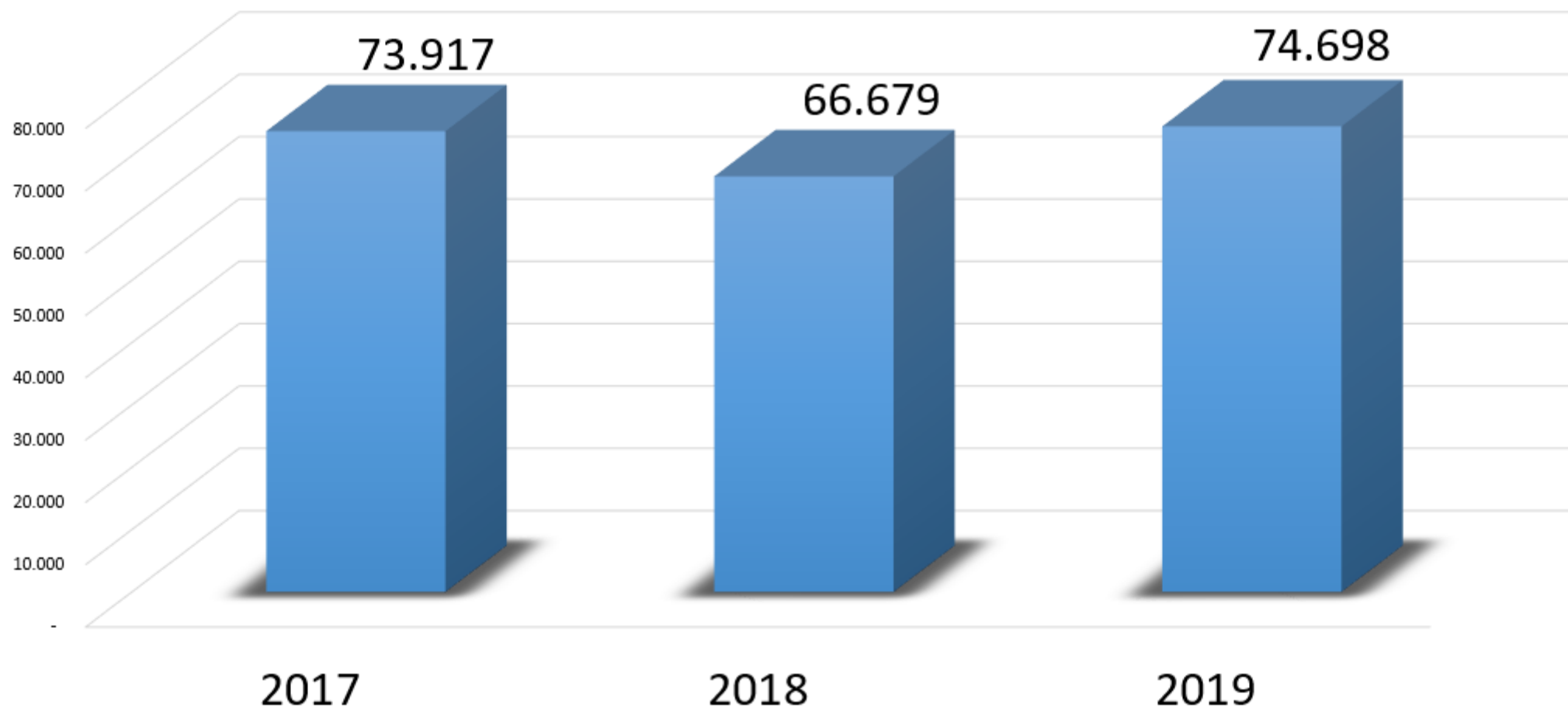
Evolução do acervo de processos (Delegacias de Julgamento) – Quantidade



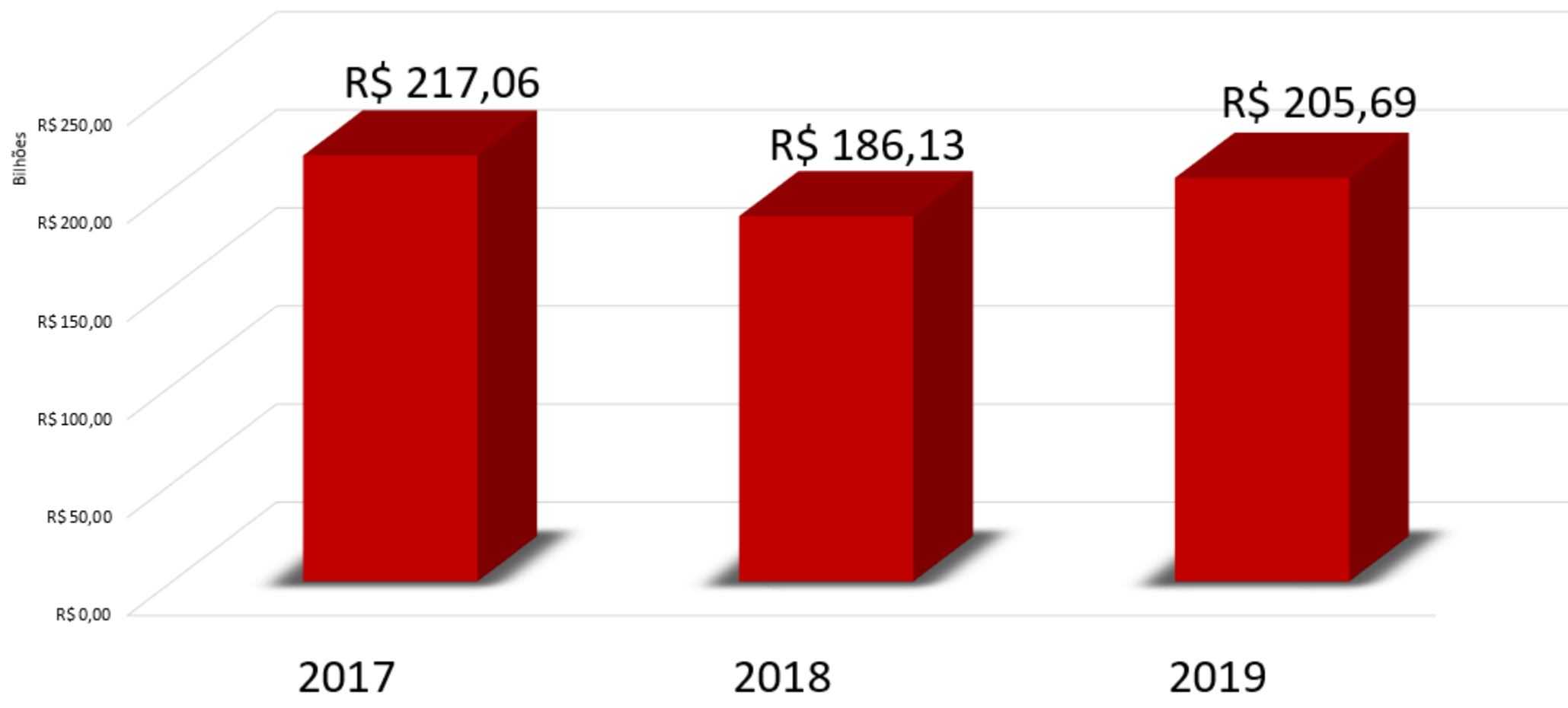
Evolução do acervo de processos (Delegacias de Julgamento) – Valor (em bilhões de R\$)



Processos julgados pelas Delegacias de Julgamento – Quantidade



Processos julgados pelas Delegacias de Julgamento – Valor (em bilhões de R\$)



Medida Provisória nº 899 de 16 de outubro de 2019

☐ Modalidades da Transação:

- ✓ Cap. II: Cobrança em dívida ativa;
- ✓ Cap. III: Contencioso ou administrativo tributário (relevante e disseminada controvérsia jurídica);
- ✓ Cap. IV: Contencioso administrativo tributário de baixo valor.

Medida Provisória nº 899 de 16 de outubro de 2019

❑ Modalidades da Transação de responsabilidade da RFB:

- ✓ Cap. III: **Contencioso ou administrativo tributário (relevante e disseminada controvérsia jurídica)**
 - Identificação de teses/controvérsias jurídicas no âmbito do contencioso administrativo
 - Análise do custo x benefício ao se observar o rito do processo administrativo fiscal

Medida Provisória nº 899 de 16 de outubro de 2019

❑ Modalidades da Transação de responsabilidade da RFB:

✓ Cap. IV: Contencioso administrativo tributário de baixo valor

- Identificação dos custos do processo administrativo fiscal e definição do conceito de “baixo valor”
- Análise dos ganhos de eficiência e economicidade
- Redução do passivo de processos

Obrigado!

Sandro de Vargas Serpa
Subsecretário de Tributação e Contencioso da RFB